



CONSCIÊNCIA NEGRA
Livro de doutora pela Faculdade de Letras sobre a poesia *negra-feminina* de Conceição Evaristo, Livia Natália e Tatiana Nascimento ficou entre os dez melhores na categoria Ciências Humanas, no Prêmio Jabuti deste ano

Página 8

ADUFRJ ENTRA NA JUSTIÇA CONTRA RETORNO PRESENCIAL IMEDIATO

Páginas 4 e 5



PROFESSOR, VOCÊ TEM LIBERDADE ACADÊMICA



Pesquisa idealizada pelo Observatório do Conhecimento vai avaliar a censura e perseguições ideológicas nas salas de aulas, pesquisas e atividades docentes. A ideia é medir a extensão do clima de cerceamento que ronda as universidades e o meio acadêmico brasileiros. O levantamento é nacional e foi elaborado em parceria com o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT). As respostas são sigilosas e bastam cerca de 12 minutos para preencher o questionário. Participe!

Página 3

AdUFRJ entra na Justiça contra retorno inseguro

> Sindicato mostra que não há condições sanitárias para retorno imediato e cobra a suspensão, em caráter de urgência, da decisão do desembargador Marcelo Pereira da Silva

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Ajudar a derrubar a liminar que impôs o retorno presencial imediato das aulas na UFRJ. Este é o objetivo de um pedido protocolado pela AdUFRJ junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na manhã do dia 18.

No documento, o sindicato requer a participação no processo como terceiro interessado na questão. A AdUFRJ também cobra a suspensão, em caráter

de urgência, da decisão do desembargador Marcelo Pereira da Silva. Não há prazo definido para apreciação do pedido.

O pedido da AdUFRJ se soma ao recurso apresentado, dia 9, pelas instituições de ensino do Rio de Janeiro – além da UFRJ, outras universidades, institutos federais e o Colégio Pedro II são citados na ação.

“Essa é a versão dos professores da UFRJ sobre o retorno das aulas. Nossa visão é diferente da reitoria”, explica o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. “Vamos levar nossas especificidades. Nossa questão é trabalhista. Entendemos que

“Essa é a versão dos professores da UFRJ sobre o retorno das aulas. Nossa visão é diferente da reitoria”

JOÃO TORRES
Presidente da AdUFRJ

esta situação foi criada fora da universidade, mas, como afeta os professores de uma forma muito direta, resolvemos agir”, completou.

Caso a solicitação do sindicato seja aceita, existe a possibilidade de novas informações serem incorporadas e levadas ao TRF. “Vamos recolher contribuições no Conselho de Representantes do dia 22”, observa João. O presidente da AdUFRJ destaca que todos os professores desejam retornar ao trabalho presencial, mas de forma segura e responsável.

cial imediata viola o princípio constitucional da autonomia universitária. “A UFRJ já apresentou plano de retorno seguro considerando suas especificidades estruturais e orçamentárias. Contudo, o plano não contempla a possibilidade de retorno imediato diante da complexidade que envolve esse retorno e diante da existência, ainda, da pandemia da covid-19”.

Outro problema apontado é o desrespeito à gestão democrática do ensino. “A gestão e o ‘fazer coletivo’ estão inegavelmente desconsiderados nas determinações de retorno presencial imediato que ignorou, por completo, a construção coletiva de retorno seguro feita pela UFRJ através de seus órgãos colegiados”.

DEFESA DA AUTONOMIA

A AdUFRJ elenca uma série de argumentos para questionar a decisão do desembargador. O primeiro é o grave risco à saúde. “Não há comprovações de que serão assegurados: o fornecimento aos integrantes da categoria de produtos de higiene e limpeza (sabão, álcool em gel, máscaras), assim como os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de Proteção Coletiva (EPCs), desinfecção dos materiais de uso coletivo, além de condições para ausência nas unidades, considerando abastecimento regular de água, limpeza e rede de esgoto em pleno funcionamento”, diz um trecho. “Ou seja, estão ausentes condições de segurança de trabalho, em razão da falta de condições sanitárias, salubres de trabalho, em meio à pandemia”.

O sindicato acrescenta que a decisão de retorno presen-

cial imediata viola o princípio constitucional da autonomia universitária. “A UFRJ já apresentou plano de retorno seguro considerando suas especificidades estruturais e orçamentárias. Contudo, o plano não contempla a possibilidade de retorno imediato diante da complexidade que envolve esse retorno e diante da existência, ainda, da pandemia da covid-19”.

Advogada da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano chama atenção para as várias manifestações contrárias à decisão do desembargador. Além do recurso do sindicato e das instituições de ensino, as entidades nacionais de servidores (Andes, Fasubra, Sinasefe e Sindscope) também ingressaram com um recurso no dia 12. E ainda há os embargos declaratórios do procurador do MPF, solicitando esclarecimentos sobre a aplicação da sentença (leia mais abaixo). “Isso demonstra a necessidade urgente de se rever uma decisão que determinou um retorno tão abrupto sem considerar todas as particularidades e vulnerabilidades das instituições”, afirma Ana.



VOLTA ÀS AULAS: DÚVIDAS MARCAM PRIMEIRA SEMANA

> Planejamento para retorno presencial esbarra em incertezas. Universidade não sabe quantos alunos voltarão aos campi. Mais de 42 mil alunos estão inscritos na Graduação

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A universidade segue em seu propósito de oferecer o retorno mais seguro possível, mas essa volta ainda acontece no escuro. Mais de 42 mil estudantes se inscreveram para disciplinas de graduação neste semestre letivo, mas ainda não se sabe quantos efetivamente voltarão aos campi. Cada unidade organiza de uma maneira essa volta, de acordo com suas especificidades. No edifício da Faculdade de Letras, por exemplo, as aulas presenciais voltarão na próxima semana. “A Letras vai ocupar dois dias. Os outros três dias serão divididos entre EBA, IPPUR, FACC e GPDES”, explica a diretora Sonia Reis, em referência às demais uni-

dades que compartilham as instalações.

Em esquema de revezamento, todas as turmas da Letras vão utilizar 32 salas consideradas aptas e possíveis de serem higienizadas com frequência. “Temos 4,2 mil alunos. Todos têm direito a ter contato com o professor”, afirma Sonia.

Os espaços mapeados e classificados quanto ao risco de exposição e transmissão do Sars-Cov-2 (veja abaixo) são outro ponto de interrogação, já que a universidade sabe quantos foram classificados, mas não sabe o total de ambientes classificáveis.

Outra preocupação é em relação à alimentação. A UFRJ só aumentará a oferta de refeições nos bandejeiros a partir de dezembro. Subirá de 36,8 mil para até 166,5 mil refeições mensais. Antes da pandemia, o RU central disponibilizava



FOTOS: FERNANDO SOUZA

FROTA DE ÔNIBUS só será ampliada em 15 de dezembro

60 lugares para refeições simultâneas. Agora são oferecidos 177 lugares. “Temos a expectativa de poder voltar a receber um número maior de pessoas, com refeições saudáveis e de qualidade”, conta Renata Machado, coordenadora geral do Sistema de Alimentação da UFRJ. Para acessar o restaurante é obrigatória a apresentação do comprovante de vacinação contra a covid-19.

O transporte é outra questão. “Ainda está muito difícil chegar à universidade. O bilhete único não voltou, as linhas estão sem horário regular, quem precisa de BRT só consegue chegar de parador”, reclama Stefanie Camargo, aluna da Microbiologia.

Marcos Maldonado, prefeito da Cidade Universitária, conta que todas as linhas de ônibus regulares voltaram a circular no Fundão. Quase todas com intervalos normalizados, à exceção do 485, único ônibus que liga o campus à Zona Sul. “A linha voltou de meia em meia hora. Conversamos com a Secretaria Municipal de Transporte e eles vão diminuir o intervalo conforme a demanda aumentar”.

Apenas sete micro-ônibus atendem à demanda interna da universidade. O atual contrato de transporte foi celebrado de forma emergencial e se encerra no dia 14 de dezembro. A partir do dia 15, um novo contrato fornecerá dez ônibus (podendo chegar a 13) para transporte dentro do Fundão e intercampi. “Conseguiremos transportar de 35 a 40 pessoas em cada veículo”, afirma o prefeito. (Colaborou Kelvin Melo)

MAIS DE 400 AMBIENTES DA UFRJ OFERECEM RISCO MÉDIO DE CONTAMINAÇÃO

A intervenção da Justiça atropelou o planejamento de retorno presencial da UFRJ. A intenção da universidade era mapear todos os espaços físicos da instituição e avaliar o risco sanitário de cada um. Para isso, um grupo multidisciplinar de profissionais criou um aplicativo que monitora as condições de cada ambiente. Até o fechamento dessa edição 1.713 espaços foram classificados por meio da plataforma “Espaço Seguro UFRJ”. A maior parte (1.159) se concentra entre espaços que oferecem risco baixo ou médio e exposição baixa ao Sars-Cov-2. Outros 418 ambientes foram classificados como de risco médio e exposição média ao vírus.

A avaliação incluiu salas de aula, laboratórios e setores administra-

tivos da universidade. A reitoria, no entanto, não sabe quantos espaços ao todo a UFRJ possui. “É uma instituição muito grande. Sabemos a situação que cada unidade está nos enviando, mas não sabemos quanto isso representa do total de áreas”, explicou a professora Fátima Bruno, responsável pelo GT pós-pandemia, grupo criado para planejar com antecedência e segurança o retorno. “Fomos atropelados pela determinação da Justiça”.

Agora, as fases 4 e 5 desse retorno se sobrepõem: a volta gradativa aos campi e a expansão do retorno presencial. Até o momento, nenhum espaço combina risco elevado e exposição alta ao vírus. Sete espaços são de risco médio e exposição alta; 30, de risco

elevado e exposição baixa e 99 são de risco elevado e exposição média. Para cada um deles, um tipo de equipamento de proteção individual é necessário, conforme preconizado no Guia de Biossegurança da UFRJ. Pelo site <https://espaçosseguro.ufrj.br/dados> é possível saber quantos espaços foram classificados por centro, por edifício, por campus e por unidade.

Para complementar as diretrizes para o retorno presencial, o GT Pós-Pandemia também publicou um documento sobre a estratégia de testagem da comunidade acadêmica da UFRJ. Elaborado pela professora Terezinha Marta Castiñeiras, coordenadora do Centro de Testagem Diagnóstica da UFRJ, o texto elenca as possibilidades de testes de covid-19 para

professores, técnicos e estudantes da universidade.

A primeira delas é a testagem de indivíduos sintomáticos. Para esses casos, será necessária a imediata comunicação à chefia imediata ou coordenação de curso. O indivíduo com suspeita poderá realizar o agendamento diretamente pelo site do CTD: <https://agendamento.coronavirus.ufrj.br>. Outra possibilidade é a “testagem direcionada em exposição crítica”, que poderá ser realizada em pessoas que tenham sido expostas à situação de alto risco de transmissão em contexto acidental. A terceira forma é a “testagem periódica para grupos prioritários”, que envolve situações de alta exposição, como laboratórios que manipulam amostras do vírus,

alargando o planejamento de retorno presencial da UFRJ. A intenção da universidade era mapear todos os espaços físicos da instituição e avaliar o risco sanitário de cada um. Para isso, um grupo multidisciplinar de profissionais criou um aplicativo que monitora as condições de cada ambiente. Até o fechamento dessa edição 1.713 espaços foram classificados por meio da plataforma “Espaço Seguro UFRJ”. A maior parte (1.159) se concentra entre espaços que oferecem risco baixo ou médio e exposição baixa ao Sars-Cov-2. Outros 418 ambientes foram classificados como de risco médio e exposição média ao vírus.

alargando o planejamento de retorno presencial da UFRJ. A intenção da universidade era mapear todos os espaços físicos da instituição e avaliar o risco sanitário de cada um. Para isso, um grupo multidisciplinar de profissionais criou um aplicativo que monitora as condições de cada ambiente. Até o fechamento dessa edição 1.713 espaços foram classificados por meio da plataforma “Espaço Seguro UFRJ”. A maior parte (1.159) se concentra entre espaços que oferecem risco baixo ou médio e exposição baixa ao Sars-Cov-2. Outros 418 ambientes foram classificados como de risco médio e exposição média ao vírus.

alargando o planejamento de retorno presencial da UFRJ. A intenção da universidade era mapear todos os espaços físicos da instituição e avaliar o risco sanitário de cada um. Para isso, um grupo multidisciplinar de profissionais criou um aplicativo que monitora as condições de cada ambiente. Até o fechamento dessa edição 1.713 espaços foram classificados por meio da plataforma “Espaço Seguro UFRJ”. A maior parte (1.159) se concentra entre espaços que oferecem risco baixo ou médio e exposição baixa ao Sars-Cov-2. Outros 418 ambientes foram classificados como de risco médio e exposição média ao vírus.

alargando o planejamento de retorno presencial da UFRJ. A intenção da universidade era mapear todos os espaços físicos da instituição e avaliar o risco sanitário de cada um. Para isso, um grupo multidisciplinar de profissionais criou um aplicativo que monitora as condições de cada ambiente. Até o fechamento dessa edição 1.713 espaços foram classificados por meio da plataforma “Espaço Seguro UFRJ”. A maior parte (1.159) se concentra entre espaços que oferecem risco baixo ou médio e exposição baixa ao Sars-Cov-2. Outros 418 ambientes foram classificados como de risco médio e exposição média ao vírus.

ENTIDADES NACIONAIS TAMBÉM QUEREM PARTICIPAR DO PROCESSO

As entidades nacionais dos servidores da educação também ingressaram com um pedido para participar do processo que determinou o retorno presencial das aulas nas instituições federais de ensino do Rio. Andes, Fasubra, Sinasefe e Sindscope querem impedir a volta dos professores e técnicos às atividades presenciais enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública e de calamidade pública em decorrência da pandemia da covid-19. “Ou, se anterior, enquanto não ocorrer a massiva imunização da população brasileira através da vacinação”, diz o documento.

A decisão do desembargador tem como base a ação civil pública movida pelo Ministério Público

“É muito importante trabalhar unitariamente com os outros sindicatos e demais forças políticas em defesa da universidade”

JOÃO TORRES
Presidente da AdUFRJ

Federal. Os procuradores do MPF argumentam que o “ensino remoto não mais se justifica”, diante do avanço da vacinação contra a covid-19 no estado. E que a permanência desta situação configuraria uma violação do direito à educação de estudantes. As entidades nacionais discordam: “Evidentemente, não há que se falar em violação ao direito à educação uma vez que o acesso a este direito social fundamental só pode ser discutido em um contexto no qual a sua garantia não represente, por óbvio, risco real à vida e à saúde humanas”, assinala outro trecho do recurso.

O documento também emprega o princípio constitucional da autonomia para se contrapor à liminar: “Não se pode admitir que a



EMBARGOS DECLARATÓRIOS

O desembargador Marcelo Pereira da Silva abriu prazo de 10 dias para as instituições de ensino se manifestarem sobre os chamados “embargos declaratórios”, solicitados pela Procuradoria Regional Federal da 2ª Região. O dispositivo jurídico representa um pedido de esclarecimentos sobre a aplicação da sentença.

A iniciativa foi fruto de uma reunião entre o procurador Paulo Fernando Corrêa e entidades representativas de professores (a AdUFRJ, entre elas), técnicos e estudantes, na semana passada. “É muito importante trabalhar unitariamente com os outros sindicatos e demais forças políticas em defesa da universidade”, ressalta o presidente da AdUFRJ, João Torres.

Já o recurso apresentado pelas reitorias das universidades, institutos e Pedro II segue aguardando análise do desembargador.

CONSCIÊNCIA NEGRA EM FORMA DE POESIA

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

“É importante reconhecer mulheres negras como pensadoras, lideranças fundamentais para que os saberes ancestrais sejam manifestados no Brasil”, afirma Heleine Fernandes, escritora e doutora pelo departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ. Na semana em que se comemora o Dia da Consciência Negra, o **Jornal da AdUFRJ** ouviu a autora sobre seu livro “A poesia *negra-feminina* de Conceição Evaristo, Lívia Natália e Tatiana Nascimento”, finalista neste ano do maior prêmio literário do país, o Jabuti.

“É uma pesquisa sobre poesia negra feminina contemporânea. Na primeira parte do trabalho, investigo a aparente inexistência dessas poetisas”, conta Heleine. “Na segunda parte, investigo as obras poéticas delas, que pertencem a três gerações diferentes, de lugares fora do eixo Rio-São Paulo”, completa.

A autora deixa claro que o leque de opções era mais amplo. “Escolhi três, mas existem muitas que fazem reverberar saberes não-ocidentais”, defende. “Também depois deste trabalho, foi quando pude me reconhecer como uma poeta negra contemporânea e publiquei um livro que

se chama ‘Nascente’, pela Editora Garupa/ksa1”, afirma Heleine.

A obra, selecionada entre as 10 melhores na categoria Ciências Humanas, uma das 21 temáticas do Jabuti, é fruto da pesquisa realizada por Heleine ainda na Faculdade de Letras. A escritora cursou graduação, mestrado e doutorado no Fundão. Para ela, a UFRJ foi fundamental para sua jornada. “Sempre tive bolsas, o que foi fundamental para que eu pudesse continuar a estudar”, conta.

Por outro lado, o livro também funciona como uma crítica. “Essa tese também fala de um buraco. Durante minha formação inteira, nunca estudei uma autora negra. E minha tese vem para questionar essa universidade, que é uma das melhores do Brasil”, aponta a escritora.

E não foi nada fácil permanecer no curso. “Quando fiz vestibular, só a UERJ tinha a política de cotas. Quando entrei na universidade, não foi por cotas e há pouco tempo fiquei sabendo que existem cotas para pessoas negras dentro da pós, mas não aproveitei isso”, explica. “Sofri racismo durante minha formação e, diferente de hoje, não havia o coletivo de pessoas negras dentro da Letras”, conta.

Heleine agradece a permanência ao professora que a orientou, Alberto Pucheu. A família também sempre incentivou seus estudos. “Sou a primeira pessoa a fazer universidade pública, mestrado e doutorado. Meus avós são analfabetos e



HELEINE FERNANDES, escritora e doutora pela Faculdade de Letras da UFRJ

sempre investiram muito na minha educação, valorizaram isso”, diz.

Heleine não passou para a segunda fase do Jabuti, em que apenas cinco livros foram escolhidos para a grande final, na próxima semana. Mas a autora fica feliz por ter contribuído para o

reconhecimento da poesia enquanto produção de conhecimento: “A minha pesquisa se soma muito a uma tentativa de criar ações, para estudantes negros e indígenas, que validem outras formas de formular o conhecimento e os saberes”, conclui.

TRABALHO DE INCENTIVO À LEITURA ESTÁ NA FINAL DO JABUTI

jornal “Literatura Comunal!”, os “Diários de Emergência covid-19”, foi selecionado entre os cinco finalistas na categoria inovação e incentivo à leitura.

“A ideia dos diários foi minha. A de propor ao prêmio foi de Cynthia Rachel Pereira Lima, que era estudante de especialização em literaturas africanas na Letras. Nos conhecemos quando atuamos em bibliotecas comunitárias, na Baixada Fluminense, há alguns anos”, conta. Os diários foram publicados em cinco números ao longo do primeiro ano da pandemia. Todos estão disponíveis em formato online na página do jornal. “O Jabuti reconhece o que foi feito no ano anterior, neste caso, 2020. Nossa ação de fomento à leitura tem tudo a ver com a pandemia, o que fizemos foi estimular

a leitura durante o confinamento da Covid-19”, reflete.

Ao todo, 63 autores, que residem ou não no Brasil, foram contactados por Miriane para se somarem à sua iniciativa, de março de 2020 a março de 2021. “Penso a literatura como uma atividade de extensão, mas não necessariamente vinculada à universidade. Na pandemia, acabei lembrando dos diários de Anne Frank e de Lima Barreto, que são diários de confinamento escritos cada qual com sua especificidade”, explica.

Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ, orientou Miriane durante o doutorado. “A Miriane é sensacional, daquelas meninas incríveis que a gente recebe de presente para orientar”, elogia. “No doutorado ela já fez uma mudança

grande, quando propôs um doutorado-sanduíche em Angola. Abriu caminhos inusitados, conseguiu um trabalho como pesquisadora na Alemanha, quando aconteceu a pandemia, e ela sofreu isso tudo lá no estrangeiro”, conta.

Para Eleonora, o diferencial do trabalho de Miriane é a literatura atrelada à prática. “É a construção do fazer, com relações práticas e sociais transformadoras. Ela vive a literatura como um exercício de liberdade, compartilhamento. O trabalho dela é muito consistente”, acredita. Eleonora enxerga a chegada de trabalhos como o de Miriane como a grande novidade do Jabuti deste ano. “É uma decisão de olhar diferenciado para coisas que não estavam na esfera. Ela estar entre as finalistas é muito importante”, acredita.



Já Miriane Peregrino, que também fez o doutorado na Letras (até 2019), aguarda com ansiedade a final do Jabuti, no dia 25. O trabalho coordenado por ela, enquanto editora do

I JORNADA CIENTÍFICA FAVELADES UNIVERSITÁRIES

■ Promover projetos e iniciativas produtoras de conhecimento, conduzidas por estudantes universitários e lideranças sociais moradores das favelas e periferias do estado do Rio. Esta é a proposta da primeira edição da Jornada Científica Favelades Universitárias, iniciada no dia 16 e com

programação até amanhã (20). O evento tem organização da Pró-reitoria de Extensão da UFRJ, o Fórum Favela Universidade, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré/Museu da Maré, a Casa Viva e a Fundação Oswaldo Cruz.

Na mesa de abertura, o convidado de honra foi o ex-depu-

tado e escritor Jean Wyllys, que contou sobre sua passagem acadêmica na Universidade de Harvard. Com o tema “Quais caminhos levam os favelades à universidade e a universidade à favela?”, Wyllys discutiu os principais desafios enfrentados numa jornada científica ao exterior. “Não se sintam inferiores



por não falar bem uma língua que não é sua, principalmente se estiverem nos Estados Unidos, porque as pessoas nativas de lá só falam a língua deles. E nós temos que correr atrás para falar outras línguas, numa realidade alijada de direitos, que torna tudo muito mais difícil”, disse.